



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DÍVIDA PÚBLICA

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1381/09	DATA: 02/09/2009
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 16h05min	DURAÇÃO: 1h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h11min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre o roteiro de trabalhos da Comissão. Apreciação de requerimentos. Encerramento da reunião por falta de *quorum*.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Declaro aberta a 3^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desse pagamento, seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País. Está aberta a sessão.

Eu quero agradecer a presença aos meus conterrâneos de Minas Gerais, capitaneados pelo Deputado Paulo Guedes, meu parceiro de longa caminhada, meu compadre e minha dobradinha de trabalho lá — Toninho, Prefeito da belíssima e queridíssima cidade de Coração de Jesus, e Rudimar, da beira do São Francisco, barranqueiro daquela maravilha que é Itacarambi. Aguardo, Pedro, também a conclusão da BR-135, que liga São Luís a Curvelo, que é a minha cidade.

Bom, vamos ao trabalho.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da segunda reunião. As cópias das atas já foram distribuídas, e eu aproveito para perguntar aos nobres colegas se alguém gostaria de discuti-las. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É verdade. Também recebo aqui inteiramente a observação feita pelo Deputado Pedro Novais. Então, encerrada a discussão da ata. E a deliberação fica para o momento em que se alcançar *quorum* para liberação.

“Comunico a V.Exa. que requisitei a servidora Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, para prestar assessoramento técnico a esta CPI.”

Estou aguardando ainda o pronunciamento do Ministério a respeito dessa requisição. À medida que houver necessidade, nós poderemos requisitar ou funcionários da Casa ou auxiliares externos, mas vamos fazer isso ao longo dos trabalhos, à medida que for necessário. Esse eu fiz de ofício, como prerrogativa do Presidente.



Comunico também que os Consultores de Orçamento Ingo Antonio Luger e José Fernando Cosentino Tavares foram designados para prestar assessoramento a esta CPI. Então, eles já estão designados.

Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para discutir o roteiro de trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e para deliberação de requerimentos.

Eu, portanto, sem mais delongas, passo essa parte ao Relator, para apresentar o seu plano de trabalho. Em função dele, entraremos na outra parte, essa sim deliberativa, que virá na sequência.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Eu não formalizei um plano de trabalho rígido, porque realmente ainda não sei do alcance da Comissão, mas fiz um roteiro para nortear nossos trabalhos na primeira fase, que eu gostaria de submeter à apreciação dos nobres pares.

O primeiro item que eu gostaria que fosse visto é o seguinte: conhecimento da posição das dívidas fundada, mobiliária e flutuante em 31 de dezembro de 2008, compreendendo Federal, dos Estados e dos Municípios. Para isso me parece ser necessário ouvirmos, em primeiro lugar, as autoridades do Tesouro Nacional — o Secretário do Tesouro Nacional, por exemplo, que cuida da parte da dívida —, as autoridades do Banco Central.

Poderíamos também, na primeira fase, a partir de hoje, iniciar a apreciação de requerimentos relativos a esta primeira parte.

A segunda parte: conhecimento das dívidas dos Estados. Na primeira parte, entram as dívidas dos Estados, mas o conhecimento delas através dos órgãos federais.

Neste segundo ponto, nós abordaríamos o conhecimento das dívidas dos Estados, fundadas e flutuantes, a partir dos próprios Estados. Não mencionei nesta fase a dívida mobiliária porque a partir da reestruturação das dívidas, o que ocorreu em 1994, deixou de existir dívida mobiliária dos Estados.



Então, nesse ponto, seriam convocados Secretários de Estado, e sugiro sejam cinco que nós poderíamos escolher, conforme a Comissão decidir. Também poderíamos apresentar requerimentos de informações nessa fase.

Terceiro ponto: conhecimento das dívidas dos Municípios, fundadas e flutuantes. Também, como as duas anteriores, com base em 31 de dezembro de 2008. Digo por que 31 de dezembro de 2008. Porque a avaliação da dívida, os economistas fazem comparando-a com o PIB. E como não existe PIB ainda em 2009, o PIB levantado é com base em 2008, parece-me de bom alvitre nós iniciarmos nossos trabalhos com esses estudos com base em 2008.

Então, temos o terceiro ponto: conhecimento das dívidas dos Municípios — outra vez fundadas e flutuantes. Nesse ponto, nós convocaríamos 7 Prefeitos. Quanto à escolha, ao Plenário caberá dizer quais seriam. E eu sugiro que dois desses sete sejam de Municípios de capitais; os outros cinco seriam um de cada região: um do Norte, um do Nordeste, um do Sul, um do Centro-Oeste, um do Sudeste. Nesse ponto também seriam feitos requerimentos de informações que já não tivessem sido aprovados antes.

No quarto ponto, nós...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Relator. Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não seria melhor esperar S.Exa. apresentar a proposta? Está terminando.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Está bom. Eu posso fazer depois. Mas é relacionado ao critério que S.Exa. adotou para Estados e Municípios. Só queria um esclarecimento. Se quiser eu formulo depois, pode deixar.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O.K. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O quarto ponto seriam convites às entidades de classe, ou do terceiro setor, de notório envolvimento com o assunto dívida pública. Aí a Comissão decidiria sobre as sugestões que forem apresentadas. Eu não poderia mencionar aqui quais nem quantas. Mas parece-me que já na primeira reunião, na reunião preparatória, compareceram a esta Comissão algumas



entidades dessa natureza. O Plenário poderia decidir quais poderiam ser convidadas.

O quinto ponto seria de convites a especialistas. Não mencionei nenhum nome. Caberia à Comissão, no momento próprio, definir quais os especialistas poderiam ser convidados. Ex-diretores do Banco Central, ex-Ministros da Fazenda, ex-professores de renomado conhecimento na área, etc. Também nessa fase poderiam ser aprovados requerimentos de informações.

Respondendo agora à pergunta do Deputado, meu amigo e vizinho, cujo nome me escapa agora, mas eu me lembro todas as noites quando ele está no apartamento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Quando eu tiver a notoriedade de V.Exa., certamente o nome não mais escapará. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - V.Exa. vai me perdoar os anos que tenho a mais do que V.Exa. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sou o Deputado Pannunzio.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Deputado Pannunzio, são os anos que eu tenho mais do que V.Exa. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Deputado Antonio Carlos Pannunzio, da bela cidade de Sorocaba. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sim, Deputado Pannunzio, diga.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - É o seguinte. V.Exa. propôs um critério na questão do convite, penso eu. Não sei se caberia convocação.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Convite.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - ... O convite feito aos Municípios, 7 Municípios, se não me falha a memória, sendo dois de capitais e depois um de cada região do País. Pareceu-me um critério bastante razoável, porque assim nós vamos ter uma idéia, considerando a diversidade que nosso País apresenta.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Certo.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Quando V.Exa. mencionou a questão dos 5 Estados, e não mais sete, mas 5 Estados, V.Exa. não propôs nenhum critério. Indago a V.Exa. se há alguma razão.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Seria algo da mesma natureza: um de cada região.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Perfeito.

Seria um de cada região, então?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Um de cada região.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Está bem. Era isso que eu queria saber.

Muito obrigado, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Então, Sr. Presidente, é este o roteiro que eu preparei e que eu gostaria que sobre ele fizessem observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado. Eu tenho apenas uma dúvida, não sei se foi por desatenção minha. Gostaria de saber, antes de passar para o Deputado Paulo Rubem Santiago, que se inscreveu, se V.Exa. sugeriu como 2 audiências, um do Secretário do Tesouro, deixando alguma autoridade mais para a frente; e outra para uma autoridade do Banco Central, que não necessariamente o Ministro.

Indago se já teria essa indicação, no caso do Banco Central, talvez um diretor que se relacione mais com a questão das dívidas.

Não sei se V.Exa. citou e eu não captei. Então, seriam inicialmente 2 convidados: o Secretário do Tesouro e mais uma autoridade do Banco Central.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É. No item 1, seria o convite a essas 2 autoridades inicialmente, sem prejuízo de outras que a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - ... julgar conveniente. Parece-me que para o conhecimento, para o item 1, que se denomina "conhecimento da posição das dívidas fundadas, mobiliárias e flutuantes, em 31 de dezembro", o ponto inicial seria conhecer os dados do Tesouro Nacional e do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu pediria, então, à assessoria para nos trazer a relação das diretorias do Banco Central. É só para



facilitar a conversa. Eu não estou querendo atropelar ninguém. Estou apenas querendo ajudar digamos no transcurso da reunião.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero parabenizar o Deputado Pedro Novais por essa proposta de esqueleto, que não é o esqueleto da dívida, é o esqueleto para a análise da vida. Gostaria de agregar a esse esqueleto alguma musculatura, porque senão o esqueleto não se move.

E vejo que todos os pontos que V.Exa. destacou aqui, os item 1, 2 e 3, se referem à dívida construída, à dívida existente, ou seja à engenharia da dívida.

Eu gostaria de propor, não sei de que forma V.Exa. poderia acatar e inserir nesse roteiro, que nós pudéssemos também analisar a arquitetura da dívida, o que forma e o que tem alimentado a dívida.

Os dados que V.Exa. propõe sejam levantados se referem ao que foi construído, ao que aí está: a dívida fundada, mobiliária e flutuante; União, Estados e Municípios; a dívida dos Estados, a dívida dos Municípios. Eu concordo. Mas entendo que, além de discutirmos essa dívida que aí está e várias obras de engenharia, administrativa, macroeconômica, enfim, nós poderíamos analisar o que forma e o que alimenta a dívida. Porque, evidentemente, a dívida sofre a influência de inúmeras ações governamentais, sobretudo no campo das políticas macroeconômica. Creio que esta CPI deve ter autonomia, independência, objetividade para também se debruçar sobre isso. Essa é a primeira ponderação.

Na segunda ponderação, talvez especificando um pouco mais quando V.Exa. se refere a entidades de classe, de notório envolvimento, eu havia considerado na reunião anterior a possibilidade de nós ouvirmos as nossas universidades. Nós temos uma comunidade acadêmica de respeito internacional, pós-graduados, mestrados, doutorados, e temos também as entidades que representam os profissionais da área de economia. Refiro-me aqui especialmente ao Conselho Federal de Economia. E os especialistas, ou nós os incluiríamos no rol de pessoas de notório envolvimento, ou, então, teríamos a possibilidade de convidá-los para que se realizassem aqui painéis. Por exemplo, inúmeros estudos apontam uma outra ótica na leitura das políticas que interferem na formação da dívida, na supremacia



dos gastos com a dívida pública dentro do Orçamento da União. Como, agora, está posto no Orçamento para 2010: 49,9% para juros e amortização, 9,97% para todas as demais despesas discricionárias, aí incluídos o PAC, ciência e tecnologia, Bolsa Família, saúde, educação, e as outras despesas não nominadas, especialmente discricionárias.

Então, nós estamos há mais de uma década e meia com as contas nacionais submetidas à essa ordem de prioridade. E o que a comunidade acadêmica tem apontado é que o discurso, que foi feito anos atrás, de que era inexorável esse rumo da política macroeconômica para que o Brasil atraísse investimentos, os números e os dados concretos começam a demonstrar que não havia tanta unanimidade em torno dessa ponderação. Então, essa convocação de especialistas poderia ser feita não sob a forma de um ou outro se expressar individualmente, mas da escolha de alguns temas.

A última questão, Deputado Virgílio Guimarães. Eu havia protocolado antes alguns requerimentos, que, inclusive, pela ordem, receberam números: Requerimentos nº s 1, 2, 3, e não foram inseridos, hoje, na pauta dos requerimentos. Olhando a pauta, eu até entendo que possa haver um compasso de espera para que eles possam vir a ser enquadrados. Por exemplo, nós estamos convidando o Presidente do IPEA, que tem-se manifestado reiteradas vezes, antes de estar à frente do IPEA e depois, sobre o impacto das políticas macroeconômicas na dívida pública e o impacto da dívida pública na capacidade de investimento e de financiamento de políticas por parte do Estado. Esse é o primeiro requerimento. O segundo e o terceiro vão na direção da proposição da criação de sub-relatorias, que, evidentemente, são sub-relatorias vinculadas ao relatório geral como contributo da participação dos Deputados na avaliação do Relator-Geral e na sua aprovação.

Então, nesse segundo aspecto, se o Deputado Raul Jungmann permitir, eu pergunto a V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães, se é esse o entendimento: que eles estão à espera da aprovação dessa estrutura para que, em seguida, possa ir à pauta.

Então, Deputado Pedro Novais, seriam essas as questões, enfatizando, portanto, no meu ponto de vista, a necessidade, além desse levantamento da engenharia da dívida, o que foi construído, do que forma e do que alimenta, a



arquitetura da dívida. O que se desenha para que essa dívida tenha existido e chegue ao patamar que chegou nas contas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos passar a palavra para o próximo inscrito.

Só lhe respondendo, Deputado Paulo Rubem, V.Exa. percebeu bem. Quando o Relator me comunicou que apresentaria esse roteiro, já havia requerimentos deferidos. Se V.Exas. observarem, os roteiros que entraram são aqueles, eu diria, indiscutíveis: a convocação do Ministério da Fazenda, do Banco Central, etc. Ia aguardar a discussão do roteiro apresentado pelo Relator.

No que se refere, Deputado Paulo Rubem, ao outro requerimento, o de criação das sub-relatorias ou das subcomissões, eu me esbarrei com uma questão de natureza legal: o Regimento não contempla essa hipótese. Então, é uma questão que teria de ser conversada com o Relator — naturalmente, ele vai analisar isso com boa vontade —, não tenho como votar aqui a criação da subcomissão. O Regimento é expresso, é claro quanto a isso. Essa hipótese não existe.

Agora, de modo próprio, em conversa com o Relator, se ele quiser designar relatores-adjuntos para auxiliarem no trabalho, é uma questão que não é alvo de votação, mas pode ser perfeitamente deliberada junto com o Relator.

Essas são as explicações que eu teria para ajudar, mas essencialmente V.Exa. percebeu corretamente. Foi em função do roteiro ser apresentado, eu de alguma maneira esperando para a gente ter um caminho mais claro para analisar cada um dos requerimentos dentro de um plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu passarei a palavra ao Deputado Ivan Valente, depois...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu só queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Na CPI dos Correios foram criadas várias sub-relatorias. Eu conheço vários Sub-Relatores. O Onix foi, o ACM Neto foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim, como eu disse, pode.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Foram criadas várias e eu creio que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, não, o Regimento não contempla por votação, não. O Regimento é expresso nesse particular.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Se houver deliberação do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se o Relator assim entender, pode.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Se houver deliberação do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É. Nós não podemos é por uma votação, digamos. Como nas Comissões Permanentes, as Subcomissões estão previstas. E o Regimento ele é claro ao dizer que as Subcomissões são exclusivamente lá. Então, que pode ser criado, sim, mas não por votação de um requerimento, por uma deliberação conjunta do nobre Relator. É esse o esclarecimento, e o Regimento está aí disponível para que isso possa ser observado. E eu acredito que o Relator vai ter boa vontade de conversar, de acolher as contribuições no momento que achar que deva. Está respondido, Deputado Carreira?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Pelo que eu estou entendendo, sim. Eu imaginei que pudesse, mas já que é a critério do Relator, não tem problema.

Acho que é uma decisão, de qualquer maneira, inclusive monocrática do Relator. Como o Relator tem boa vontade, não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por votação não é previsto. Depois, eu não estou fazendo cavalo de batalha nisso. Depois inclusive pediria aí que isso fosse...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu estou só ponderando, Deputado, que é a primeira CPI que eu participo nesta Casa em que não se admite a criação de sub-relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, não é isso que eu estou falando.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - V.Exa. pode consultar o Deputado Biscaia, que foi Presidente da CPI dos Sanguessugas, outros Deputados.



Não se trata de impor ao Relator sub-relatorias, até porque toda sub-relatoria está vinculada ao relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso foi o que eu quis dizer, Deputado. Eu não quis em nenhum momento dizer que não se possa criar. O que eu disse é que, do que eu consultei o Regimento e a interpretação que me foi passada, isso não é uma questão de votação. Como as outras, as outras Subcomissões são votadas nas Comissões Permanentes. As pessoas se inscrevem nas Subcomissões, e elas existem por força regimental. Eu acho que está esclarecido.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, eu queria, primeiro, cumprimentar o Deputado Pedro Novais pela proposta de roteiro de trabalho, e dizer que é importante apresentar um esqueleto, um roteiro de trabalho.

Mas eu queria colocar uma preliminar, que é a seguinte: o roteiro de trabalho que o Relator vai seguir, e vai ser o seu norte necessariamente, ele pode contemplar ou não o conjunto das demandas que estão na CPI. Por exemplo, no roteiro do Relator não se trata da dívida externa. A dívida pública é externa também. Então, nós queremos acrescentar e vamos fazer requerimentos, vamos fazer convocações de pessoas que vão tratar da dívida externa, que é a dívida pública brasileira, que impacta também o Orçamento brasileiro.

Então, a preliminar que eu quero fazer é a seguinte: os Deputados, o conjunto dos membros da CPI, têm autonomia para apresentar tanto requerimento de informações quanto de convocação. Por isso, eu estranhei, ontem, Presidente, que todos os requerimentos não viessem à pauta. Isso não depende do roteiro do Relator, não depende. Depende da votação no plenário, claro. Isso aqui ainda tem que ser aprovado. Mas eu não entendi por que os requerimentos não foram colocados na pauta, todos eles, todos os que foram apresentados, para a gente demandá-los. E aí, sim, defender um a um.

Então, o que eu estou querendo dizer com isso? Que é importante o Relator colocar um ritmo e uma diretriz geral, mas a CPI tem autonomia para fazer o debate. Então, por exemplo, eu apresentei alguns requerimentos. Por exemplo, o



Requerimento nº 10 foi incluído na pauta sobre dados, sobre a dívida externa. Já o requerimento semelhante, do mesmo teor, que busca identificar os principais fatores que influenciaram o crescimento da dívida externa, interna, perdão, não entrou na pauta, é o número 9. O Requerimento nº 9 não entrou na pauta, o nº 10 entrou. Eu não sei qual foi o critério para que um entrasse e o outro não entrasse.

A mesma coisa a convocação de pessoas que deem contribuições à nossa CPI, que venham para contribuir, sejam autoridades que hoje exercem poder, sejam autoridades que passaram pelo poder, ou sejam especialistas e tal. Nós apresentamos também outros requerimentos, como o de nº 13, nº 11, sobre as cláusulas de ação coletiva, os contratos de endividamento etc., e também não entraram na pauta. E pessoas, por exemplo, como o ex-Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e alguns especialistas, como Reinaldo Gonçalves, também não entraram na pauta.

Nós não queremos entupir a pauta, podemos até parcelar. Não é essa a questão. Mas eu entendo que nós devemos fazer um roteiro mais amplo, mais flexível. Por quê? Pelo seguinte: quero entender que nós estamos tratando aqui de uma questão-chave para discussão inclusive orçamentária do País, porque o Orçamento ocupa, a dívida pública ela come uma parcela considerável do próprio Orçamento da República.

Então, Sr. Presidente, nós achamos que tem que haver... Por exemplo, a data que nós discutimos na semana passada. O Deputado Pedro Novais pediu uma data. Agora, eu entendi que a data sugerida, depois eu queria ouvir do Relator, é que a gente vá até 2008, todo o nosso debate vá até 2008. E ele exemplificou um problema que era relacionado ao PIB. Na nossa opinião, essa é outra questão. Muitos economistas tratam a relação dívida/PIB como a questão central para se analisar a dívida. Para nós não. Por exemplo, de lá para cá, a dívida interna aumentou 200 bilhões de reais, Deputado Pedro Novais. Nós queremos saber essa informação. O crescimento da dívida e o que se paga de juros e amortização para nós nos interessa, não é só a relação dívida/PIB. Está entendendo? Muitos se baseiam nessa relação percentual para traçar um perfil da dívida. Então, a CPI tem amplitude para tratar também dessa questão da relação dívida/PIB. Mas atrás dessa questão está o problema das reservas, dos juros etc. que nós temos que discutir.



Então, eu concordo que o conhecimento da dívida fundada mobiliária federal dos Estados e dos Municípios é importante. Concordo que alguns Estados são chaves nessa questão. E nós vamos ter que inclusive entrar numa questão muito polêmica, porque é o acordo de 94? Eu não me lembro, acho que é 97, se eu não me engano, do Pedro Malan, acordo entre União, Estados e Municípios, citado pelo Relator, que inclusive deu origem à Lei de Responsabilidade Fiscal, certo? Então, é um debate para se fazer. A questão dos Municípios também. É importante ter capitais e regiões, mas também é preciso ver modelos. Nós podemos depois aprofundar melhor isso.

E concordo também com o Deputado Paulo Rubem e com outros, e acho o seguinte: nós poderíamos abrir, podia ser uma opção da CPI, independente da questão regimental, nós abrirmos sub-relatorias, porque isso ajuda no aprofundamento da CPI. Poderíamos, eu diria, trabalhar, inclusive nem sobrecarregar o Relator que vai ser o Relator final etc., mas dando espaço e também mobilidade para analisar requerimentos de informações que nós vamos aprovar aqui etc. Nesse período, eu acho que a gente poderia discutir melhor essa questão das sub-relatorias e quais seriam elas. Minha sugestão é que haja, minha opinião, entende?

E também quero frisar a necessidade de entidades convidadas para... O Relator já colocou essa questão, acho muito positiva, entidades que estejam há tempo já estudando a questão da dívida pública e também os especialistas, inclusive citando entidades que têm acompanhado a nossa CPI, como o Instituto de Fiscalização e Controle do TCU, o Sindicato Nacional dos Docentes, o ANDES etc., para que a gente também tenha uma pauta nessa questão.

Queria finalizar, Sr. Presidente, e manifestar uma preocupação com o tempo da CPI, o *time* dela, entende? Acho que o nosso *time* tem de se desenvolver nos próximos 3 meses, e nós temos muita gente a ouvir e muita informação a obter. Então, que a gente tivesse, inclusive, um compartilhamento entre sessões da CPI que votam os requerimentos. Certamente, haverá alguns que precisam ser discutidos, mais polêmicos, menos polêmicos, requerimentos de informação ou de convocação, assim como a CPI pode fazer nos Estados um trabalho comum com os Estados, fazer algumas externas. É uma sugestão que deixo aqui. Ao mesmo



tempo, temos de ir ouvindo pessoas, temos de formar massa crítica na CPI. Então, pediria que o resultado, os requerimentos que forem entrando, a gente fosse estabelecendo uma data para ir votando e, ao mesmo tempo, estabelecendo uma dinâmica em que, numa mesma semana, tenhamos oitivas de 2, 3 autoridades e que a gente possa seguir um roteiro.

E finalizo, Deputado Virgílio, velho amigo e companheiro. Eu queria dizer o seguinte. Nós temos de fazer desta CPI algo que não seja uma coisa tecnocrata, porque a dívida pública brasileira é uma opção política, ela não é uma questão técnica, entende? É um erro achar que aqui, no Congresso Nacional, viemos discutir questão técnica. Então, se o Deputado Paulo Rubem convocou o Presidente do Banco Central, se ele quiser trazer o responsável pelas áreas, que ele traga, mas quem responde pelo Banco Central é o Presidente do Banco Central. Certo? Essa é a autoridade, ou é o Ministro. Assim como queria dizer — disse aqui ao Deputado Pannunzio, que é do PSDB — que quero ouvir o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vou entrar com requerimento. Não como Presidente da República, mas como ex-Senador que fez um belíssimo relatório sobre o endividamento externo brasileiro quando era Senador da República. Nós devemos ouvir para dar musculatura a esta CPI, para dar volume a ela, entende, para dar visibilidade a ela! Nós temos de discutir isso aqui com visibilidade, e chamar os outros Parlamentares. Percebo que os Deputados que têm estado aqui são os mais frequentes, são os mais presentes, até o momento, na CPI. Mas devemos trazer todos os Parlamentares, são 24 membros, para participarem. Então, que a gente não tenha receio de fazer o bom debate, o bom combate de ideias na nossa CPI.

Essas são as questões que queria expor, sem prejuízo do roteiro apresentado pelo nobre Relator, Deputado Pedro Novais. Que a gente pudesse também variar e trazer as pessoas que julgamos que têm importância e contribuições a dar nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Peço permissão para me retirar por 5 minutos. Peço ao Deputado Pedro Fernandes para ficar no meu lugar por apenas 5 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Pedro Fernandes, por favor.

Aproveito, Deputado Ivan Valente, para voltar a dar a fundamentação do porquê das questões do... Não há nenhuma intenção nesta CPI de não abordar tema algum nem ouvir as pessoas. À medida que o Relator me comunicou que apresentaria um roteiro de trabalho, pareceu-me que seria mais prudente discutirmos os requerimentos. Por sinal, quase todos de autoria de V.Exa.... Porque me pareceu que aqueles, digamos, de resposta mais longa, de perguntas mais fundamentais para ilustrar o trabalho, deveriam ser colocados de imediato, até para que as autoridades não alegassem, depois, falta de tempo, e aqueles requerimentos que versam sobre convites, diria assim, indiscutíveis. Alguém vai pensar que esta CPI não vai ouvir o Presidente do Banco Central, não vai ouvir o Ministro da Fazenda, não vai ouvir o Secretário do Tesouro. É evidente que sim. Claro que sempre há uma dúvida. O Ministro deve vir no início, ou chama-se primeiro o Secretário do Tesouro e um diretor do Banco Central, e lá no final, quando a CPI já estiver elemento, chama-se os Ministros? É uma dúvida que sempre aparece.

De qualquer maneira pautei esse requerimento, sabendo. Daí por que fiz aquela pergunta ao Deputado Pedro Novais. Quer dizer, me pareceu que a linha do Relator vinha no sentido de convocar primeiro um funcionário graduado, que responde diretamente pelo tema, no caso o Secretário do Tesouro, no Banco Central provavelmente algum diretor, e os Ministros viessem mais no final, porque isso não é estratégia não chamar Ministro. Não é isso. É porque queremos ter primeiro elementos com questionamento mais fundamentado, mais decisivo, e me parece que esse seria o caminho. Mas pautei. Os demais, nós podemos até deliberar sobre eles, não vejo nenhum problema, mas teríamos um roteiro para organizar o temário. Foi só isso. Inclusiva, para não sair aprovando requerimentos.

À medida que ele colocou um roteiro, nós temos onde encaixar cada um. E me pareceu que o roteiro apresentado — não tive a mesma impressão de que a dívida externa está fora da primeira parte apresentada, se estiver deve ser incluída — pareceu-me que todos os requerimentos têm o seu espaço no roteiro apresentado. Não percebi nenhum requerimento que pudesse ser excluído, mas



cada um entraria, ou dos especialistas ou do terceiro setor, ou nas autoridades, enfim, todos têm cabimento.

No que se refere ao pedido de informações, Deputado Ivan, todos aqueles que eu podia dizer que são as informações, digamos, primárias, todas foram incluídas, as fundamentais. Se tiver algum que ficou fora podemos conversar. Não quero transformar, como se tivesse alguma dúvida entre trazer dados à baila ou não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só estou falando, porque como aquele antigo programa de TV dizia: eu só queria entender por que entrou o Requerimento nº 10 e não entrou o nº 9, porque esse trata da dívida interna, o outro da dívida externa. Ele tem o mesmo teor, era para se conhecer o teor da dívida, etc. Então, eu não entendi, e estou solicitando essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Passo a palavra ao Deputado Pedro Novais. Respondi a uma série de questões que me foram dirigidas. Então, passo para o Deputado Luiz Carreira, e na seqüência ao Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Prefiro falar antes do Deputado Luiz Carreira, se V.Exa. não se importa. É só para dar um esclarecimento. Isso aqui é um roteiro. Significa que tudo que puder estar aqui dentro estará.

Então, os requerimentos que o Deputado Ivan Valente quer fazer, eles estão dentro do primeiro item. Cabe à Comissão apreciar os requerimentos. A massa crítica que ele quer formar depende destes requerimentos e das pessoas que aqui vierem depor.

Com relação à dívida externa eu não mencionei porque não precisava, Deputado. Quando eu digo dívida fundada, dívida fundada interna e externa. Não precisa explicar. Quando eu digo dívida flutuante, a mesma coisa. Quando eu digo dívida mobiliária, dívida mobiliária interna e externa. Não precisaria explicar.

Com relação ao Deputado Paulo Rubem Santiago. O que ele chama de arquitetura da dívida. Está dentro do primeiro, do segundo item, do terceiro item, do quarto item. Depende dos requerimentos que forem formulados. Eu não poderia ter conhecimento de todas as intenções dos ocupantes da Comissão, e já mencionar esses requerimentos aqui, ou estes convites.



Deputado Paulo Rubem Santiago, comunidade acadêmica está incluída no item Convite a Especialistas. Mas eu esclareci mais: Convite a especialista, inclusive integrantes da comunidade acadêmica.

Quanto aos painéis, eles também estão incluídos em qualquer parte dos itens mencionados, desde que haja requerimentos nesse sentido aprovados pela Comissão.

Com esses esclarecimentos, Sr. Presidente, eu acho que nós avançamos um pouco, me parece, e V.Exa. poderá ouvir a contribuição. Sem dúvida, valeu a do Deputado Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, nobre Relator, o que eu quero sugerir, até para que eu não tenha que tomar essa deliberação pelo Partido — já que a gente fez obstrução, hoje, durante todo o dia —, é que o roteiro apresentado pelo Deputado Pedro Novais fosse distribuído, para que a gente pudesse analisá-lo, inclusive sugerir algumas alterações, se couber, se não for completo, algumas modificações e sugestões, até uma alteração de prioridades, o que deve se tratar primeiro. Eu acho que, primeiro, a meu ver, inclusive, a gente deve gerar um pouco de massa crítica, para depois começarmos a entrar no debate mais próprio com certas autoridades políticas que tiveram envolvimento direto com a questão da dívida. Até para facilitar, na verdade, os Deputados a disporem dessa munição de informações, dessa massa de informações capaz de tornar o debate melhor.

Então, sugiro que hoje seja distribuído. Eu não pretendo — pelo menos o Partido tem orientação de não deixar deliberar, votar requerimento... Então, que hoje fosse distribuído o roteiro, e na semana seguinte, na terça-feira, a gente apresentasse e fechasse a pauta de trabalho. E que também apreciássemos todos os requerimentos que já tivessem sido encaminhados para a Comissão. Faria isso logo na terça-feira, pois até nos daria tempo de analisar o roteiro. Eu, por exemplo, não ouvi toda a leitura do roteiro. Gostaria de tê-lo por escrito, para poder discutir até com a equipe do meu gabinete, a minha assessoria, o próprio Democratas, para que a gente possa acrescentar, ou mesmo, se for o caso, aprová-lo na próxima reunião,



e a partir daí, nessa mesma reunião, discutir um calendário de audiências, a fim de agilizar o processo desta CPI.

O Deputado Ivan Valente foi muito feliz ao dizer que nós temos um curto — setembro, outubro, novembro e dezembro, praticamente — para fazermos esse trabalho. Então, é premente que se busque logo a definição dessa questão mais administrativa, ou seja, a aprovação do roteiro de trabalho, a deliberação dos requerimentos que já foram encaminhados. Certamente após a leitura do roteiro de trabalho eu terei outros requerimentos a apresentar, em função dos temas que foram pautados pelo Deputado Pedro Novais. Assim a gente poderá avançar. Talvez daqui a 15 dias teremos a primeira audiência pública, para discutir a questão da dívida.

Essa é a nossa proposição. Caso comece a deliberar, eu vou ter que, na verdade, usar da prerrogativa regimental de pedir verificação de *quorum*, até porque é essa a orientação do Partido, hoje. E eu não vou deixar de seguir a orientação do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Todas as deliberações?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Qualquer deliberação. Faço orientação do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado Carreira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Por isso é que eu estou pedindo que o roteiro... Pessoalmente, iria fazer isso, de qualquer maneira, pedir o roteiro, primeiro, para que a gente possa discutir com as assessorias e apresentar, se for o caso, alguma sugestão. Não quer dizer que o Relator venha a acatar. O Relator tem autonomia para propor o roteiro e elaborá-lo. Cabe a este Plenário, também, a possibilidade de apresentar sugestões e acréscimos, caso seja acatado pelo Relator. Então, nosso objetivo é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O Deputado Pedro Fernandes se inscreveu?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Inscrevi-me.

Sr. Presidente, eu quero sugerir à Mesa, ao Presidente, ao Relator que nós apreciemos todos os requerimentos por ordem de entrada.

E a marcação, V.Exa. vai fazer de acordo com o roteiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - O que eu não vejo, fica ruim, é a gente começar a censurar os requerimentos. A censura do requerimento deve ser dado em plenário: ou “sim”, ou “não”, no voto. Mas que ele deva obedecer: primeiro, segundo, terceiro, quarto. Agora, a marcação ficará a critério da Mesa, dentro do roteiro. É essa a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, é sensato, Deputado Pedro. O que eu procurei fazer foi respeitar a ideia do... Mas sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não. Eu quero que V.Exa. faça, mas também de acordo com o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Porque fica muito autoritário, no meu ponto de vista, se a gente for censurar a ordem de entrada dos requerimentos. Quando a gente corre para fazer o requerimento, é porque a gente quer pegar posição no requerimento. Aqui, nós estamos começando com o Requerimento nº 4, depois o nº 8, nº 14, faltaram os de nº 1, 2 e 3. Eu sei que nós vamos aqui, naturalmente, aprovar aquilo que for bom para a Comissão. E aquilo que se tiver dúvida, a gente vai votar. Agora, o roteiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Até porque tem a prerrogativa de pedir a retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Aguardar o momento adequado para votação.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Exatamente. Mas fica ruim, para a gente que vai colocar, ser censurado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Agradeço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu concordo com o Deputado Pedro Fernandes. Por isso, eu coloquei aquelas questões. Eu tenho o



Requerimento nº 10, de minha autoria, já inserido, e o de nº 9, não; depois, tem o de nº 11, não; depois o de nº 12; depois, o de nº 13, sim. Eu não entendi essa sequência. Então, isso vai ser inserido. V.Exa. já se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu expliquei, mas não quer dizer que tenha que concordar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não convenceu, digamos assim. Eu sei que V.Exa. explicou.

Mas o que eu queria pedir, Sr. Presidente, fora isso, é que entrassem todos os requerimentos, a pedido do Deputado Pedro Fernandes.

Eu queria também fazer um pedido ao Deputado Carreira. Entendo a obstrução do DEM, mas o único problema nosso é que esses requerimentos demoram. São coisas que demoram para chegar a um resultado. Então, dentro dessa lógica de formar massa crítica, de perder uma semana... Por isso, eu insisti, inclusive, que a pauta de hoje tivesse a votação de requerimentos. É mais um apelo, não é, porque é um direito dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas todos que têm esses dados primários estão inclusos, Deputado. Todos eles! Então, não vamos polemizar.

Deputado Carreira, o apelo do Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, eu não estou vendo muita diferença nisso. Por isso é que eu até fiz essa ponderação. Porque, mesmo se aprovar hoje ou aprovar na próxima terça-feira, com a definição já das audiências, eu não vejo nenhuma diferença. O problema é que nós precisamos fazer essa operação na reunião. Ou seja, definir o roteiro, aprovar os requerimentos e convocar as audiências. Porque se aprovar o requerimento, hoje, não vai convocar audiência para terça-feira. Então, nós podemos fazer isso na terça-feira, deliberar, e já com tudo bem organizado. Fechamos o roteiro no primeiro momento da reunião; no segundo momento, aprovamos todos os requerimentos; e já definimos, nessa mesma reunião, qual será a primeira audiência. E já saem as convocações para a primeira audiência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não dá. De terça para quarta, não dá, Carreira.



Nós vamos perder uma semana de qualquer jeito, para efeito de informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, é notório que tenha dificuldade...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - O que V.Exa. propõe?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou apelar para o bom senso do Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Bom senso eu tenho. O problema é que não é essa a questão...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Vamos colocar em votação o roteiro? Ou não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nós temos um problema, que é o de *quorum*, aqui.

Eu poderia colocar em votação a ata e qualquer outro requerimento. O Deputado Carreira já adiantou que irá pedir verificação. É notório aqui que, neste instante, nós não teríamos o *quorum* necessário.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu fico numa situação constrangedora, Sr. Presidente Inclusive, o Pannunzio já não está mais aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, talvez essa tentativa do Deputado Ivan Valente de procurar uma composição fosse o melhor caminho.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Veja bem, eu fico numa situação meio constrangedora, porque o Deputado Pannunzio, que estava aqui, que é do PSDB — e eu estou fazendo essa obstrução conjunta: o PSDB, o PPS e o Democratas... Eu não me sinto autorizado, agora, de chegar aqui e dizer: Olha, de minha não tem nenhum problema. Até porque eu não vejo nenhum problema mesmo. Agora, não ficaria bem, na sua ausência, acabar tomando uma deliberação, quando ele... Se o Hauly concordar... (Risos.) Nós tínhamos uma orientação de obstrução. Já chegou perguntando pelo *quorum*. Eu fico muito a cavaleiro de não poder aqui tomar essa decisão, sem, evidentemente, consultar aqueles que são nossos aliados nessa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Hauly, V.Exa. gostaria de participar desse debate?



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Deixa eu me setorizar primeiro do que está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O que há é o seguinte: houve a apresentação de um roteiro por parte do Relator, Deputado Pedro Fernandes...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Desculpe-me, Deputado Pedro Novais.

Deputado Hauly, eu, para não aguardar toda a apresentação do roteiro antes de votar alguns requerimentos, peguei aqueles que a meu juízo pareceram que demandariam mais tempo, e eram dados primários e que precisariam ser encaminhados tão logo, eu pautei esse requerimento. Foi o contrário, eu tirei alguns, eu incluí alguns. Mas essa não é a polêmica desse momento. A polêmica desse momento é se nós votamos ao não. Porque, para não perder tempo, mesmo sem ter o roteiro, eu achei que deveríamos adiantar alguns requerimentos que, no meu juízo eram aqueles absolutamente incontestáveis, até porque são os Ministros e tal.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Acho que acabou a questão. Tem *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas não é isso que está em debate. Só para o Deputado Hauly se situar. O que está em debate é o seguinte: nós votamos esses requerimentos ou não? O Deputado Carreira propôs, obedecendo a uma diretriz partidária, que nós fizéssemos a discussão do roteiro, e o roteiro fosse distribuído. Na próxima terça-feira, teríamos um fase deliberativa. Mas, solidariamente com o PSDB, ele aceitaria abrir um espaço aqui para essa deliberação, se V.Exa. entender que tem cabimento. Daí a consulta que fiz ao Deputado Pedro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, é só verificar se já tem *quorum* que acaba essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há *quorum*.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Se já há *quorum*, vamos votar. Não vou ficar obstruindo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se V.Exa. pedir verificação... Há *quorum* nos livros, na presença física aqui neste instante, se V.Exa. pedir verificação é notório que o *quorum* já não existirá.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tendo aqui a presença do Deputado Hauly, que é da mesma Comissão minha, a de Relações Exteriores, hoje por exemplo tivemos uma reunião, havia obstrução e abriu-se precedente para projeto. Na Defesa do Consumidor também houve precedente para votação. Então, há uma obstrução oficial nas Comissões e no Plenário. Então, é por isso que eu estou insistindo, porque eu acho que nós não temos divergência em relação a isso. Em relação ao roteiro do nobre Relator, é uma prerrogativa dele, eu nem sei se deve ser votado. O Relator tem a prerrogativa de apresentar o seu roteiro. Podemos concordar ou não concordar, mas ele vai seguir, ele tem o direito e vai seguir o roteiro dele. O problema são os requerimentos que devíamos embutir os que não foram, segundo a sugestão do Deputado Pedro Fernandes e aí sim, com a anuência dos Deputados Carreira e Hauly, poderíamos tentar votar os requerimentos hoje, para dar sequência à Comissão, para operar e já enviar os requerimentos de informação necessários e o planejamento efetivo da Comissão. Por isso que eu estou insistindo, porque eu acho que tem uma flexibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A Presidência vai fazer o seguinte: eu vou seguir a reunião normalmente, se alguém pedir a verificação, é uma prerrogativa de cada um. Concorda, Relator?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, quanto ao roteiro, eu quero dizer o seguinte, eu não fiz um documento escrito. Eu li aqui e absorvi até algumas sugestões. Se alguém tiver dúvida, poderemos fornecer as notas taquigráficas. Não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E como o documento foi lido, ele vai constar da ata da próxima reunião.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu só queria fazer uma sugestão, desculpe, Deputado, mas se pudesse nos enviar, até porque fica mais fácil a gente



trabalhar, até para os próximos requerimentos. Seria interessante mandar amanhã para os gabinetes, porque a gente dá uma trabalhada nisso. É uma sugestão, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votaremos a ata, já vai na ata.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, eu tenho uma orientação partidária de procurar obstruir. Gostem ou não gostem, eu tenho uma orientação partidária para obstruir todas as sessões, inclusive a desta Comissão de Inquérito. Então, eu gostaria que a gente fizesse um entendimento esta semana, para que na semana que vem a gente pudesse ouvir o roteiro, qual é a proposta, a linha de trabalho. Se não, serei obrigado a fazer o pedido de verificação. Essa é a orientação que acabei de receber do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos ver até onde podemos avançar. Ponto um, houve um roteiro que grosso modo foi bem recebido pela Comissão. Esse roteiro não será alvo de uma votação, ele fará parte da ata desta reunião. Ele foi lido oficialmente e tudo o que foi dito aqui tem de fazer parte da ata. Estará na ata com o roteiro apresentado pelo Relator. Então já facilita esse lado. Portanto, o roteiro passa a ter existência. Por força da compreensão da Comissão e da apresentação pelo Relator, ele passa a ter uma existência real, independentemente da votação. Pelo menos a gente já tem isso. E facilita a distribuição, Deputado Carreira, porque ele vai estar contido na ata desta nossa reunião de hoje; pelo menos isso. Portanto, o roteiro nós já demos conta dele.

Em segundo lugar, os requerimentos que estão em pauta; e, terceiro, os requerimentos que ainda não estão em pauta.

Quanto aos requerimentos que estão em pauta, o Deputado Hauly avisa que não vai acolher a votação sem um pedido de verificação. É isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vai obstruir. Portanto vai pedir verificação.



Eu acredito até, Deputado Ivan Valente, que, por sorte... Na medida em que esses requerimentos já estão pautados e, portanto, são de conhecimento público — esses que estão pautados, porque os outros eu acho muito difícil incluir, porque dependeriam de assinatura, e não tem aqui; mas estarão incluídos na próxima reunião, de ofício, pelo Presidente —, eu não sei se caberia algum tipo de encaminhamento por parte da Mesa para que as autoridades já pudessesem... Porque os prazos são muito curtos. V.Exa. sugeriu 15 dias.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Teria algum inconveniente esse encaminhamento? Eu faria uma correspondência às autoridades, dizendo que está em votação e que peço celeridade. Depois vota.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Não entendi direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ele quer pressa, Deputado Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sim, mas o que ele quer fazer? Comunicar às autoridades para agendar as audiências públicas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu poderia, por sugestão, fazer um ofício comunicando às autoridades monetárias que se encontram sobre a mesa para votação tais e tais requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Não tem nenhum problema nisso aí, até porque é deliberação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não posso solicitar. Eu posso dizer que está sobre a mesa. Se eles quiserem já iniciar os seus respectivos trabalhos, nos dariam uma grande alegria.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Desse ponto de vista, eu não vejo nenhum problema, até porque V.Exa. pode fazer isso até sem consultar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Poder posso. Eu posso comunicar a qualquer um que se encontra sobre a mesa, mas eu não posso dizer que foi aprovado. Mais do que isso eu acho muito difícil. Aí, nós teríamos de fazer regimentalmente aqui. Eu entraria no Item 2 da pauta — requerimentos —, colocaria em votação, e quem achar que deve pedir verificação que peça.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, Deputado Pedro.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Deputado Hauly, eu me permito fazer algumas sugestões, porque o nosso tempo é precioso. A gente não poder perder as nossas preciosas tardes. V.Exa. imagina que eu hoje tinha reunião na Comissão de Orçamento às 14h30min, reunião da bancada às 14h30min, reunião aqui às 14h30min, audiência no Ministério da Integração às 14h30min. Eu perdi 3 compromissos para estar aqui. E chegar aqui e não resolver muita coisa me parece muito ruim. Então, eu pergunto ao Plenário, se V.Exa. me permite, que mal haveria no Requerimento nº 8, por exemplo, que requisita ao Ministério da Fazenda auditora da Receita Federal. Esse requerimento precisa ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu já fiz por ofício a requisição da servidora.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não precisa ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu tenho a impressão de que estaria prejudicado, porque a Presidência já fez essa requisição de ofício.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Está prejudicado. Muito bem. Ótimo.

Requerimento nº 4/09, que “*requer ao Ministério da Fazenda a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das informações sobre os detentores de títulos da dívida interna pública federal, conforme discriminação (...)*”.

Poderíamos votar esse?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não concorda?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, a Mesa está fazendo o possível aqui para ajudar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E é correto. Inclusive, para explicitar ao Deputado...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Agora, eu não estou podendo ajudar mais do que o Regimento me permite.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não. Correto.



O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Em face disso, eu desisto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que a proposta do Relator é boa. A proposta do Relator, acompanhado por V.Exa., é sobre requerimentos que só adiantariam. Não tem problema de sigilo fiscal aqui não. Pode ver que é elaboração da distribuição de frequência dos credores finais, indicando qual a percentagem do valor da dívida detida por faixas. Não teria nenhum problema. Inclusive, a própria justificativa já coloca isso, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Na Ordem do Dia. Não há...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Carreira, esse número 4 aí tem problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu vou colocar em votação.

Deputado Hauly, última tentativa, senão vou dar sequência à reunião.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A Oposição, lamentavelmente, tem um problema técnico para verificar todos os requerimentos, a extensão dos requerimentos. Estamos trabalhando nesses requerimentos. E também tem a questão da obstrução que estamos fazendo. Lamentavelmente, cumpre-me esse papel desagradável. Eu fico... Lamentavelmente, eu estou com esse papel hoje aqui. Não gosto de fazê-lo, mas sou obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, superado o primeiro ponto — definição do roteiro de trabalho —, passamos à deliberação dos requerimentos.

Requerimento de requisição do servidor.

Requerimento nº 8, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que *“requisita ao Ministério da Fazenda a Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, para os trabalhos para desta CPI”*.

Este requerimento está prejudicado, Deputado Ivan Valente. Nos termos do inciso I do art. 164, declaro prejudicado o requerimento, em razão de o mesmo já ter sido atendido. Cabia uma decisão de ofício da Presidência.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Requerimento nº 4, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que “*requer ao Ministério da Fazenda disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das informações sobre os detentores de títulos da dívida interna pública federal, conforme discriminação a seguir:*”.

Em discussão o requerimento.

Deseja encaminhar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Para encaminhar, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Rapidamente, eu queria dizer que eu acho que este requerimento vai nos dar elementos importantes sobre os detentores de títulos da dívida interna pública federal. E aqui não estamos tratando de pessoas. Estamos tratando do volume — bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, pessoas jurídicas —, da natureza. E mais: vamos, com esse requerimento, começar a criar massa crítica aqui, porque ele detém uma série de informações importantes. Inclusive, esse de elaborar distribuição de frequência dos credores finais etc. E nesse requerimento, como nós colocamos um prazo aqui de 15 dias, também estamos trabalhando com um prazo exíguo mesmo. Nós vamos exigir das autoridades que nos mandem os materiais rapidamente.

Veja o seguinte: aqui na nossa justificativa já está contido que é importante enfatizar que a solicitação não representa risco ao sigilo bancário, uma vez que os dados serão elaborados de forma agregada e sem identificar o nome de pessoas físicas ou jurídicas credores da dívida interna. Importante ressaltar também que o Banco Central dispõe dessas informações, uma vez que é o responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

Eu acho da maior importância a gente já sair com isso, porque o nosso prazo é curto, e já formaríamos um bom elemento de massa crítica para a Comissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu peço a palavra, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Deputado Hauly, para encaminhar

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Primeiro, ele disse que não teria envolvimento de pessoas físicas. Há sim. A letra "F" aqui diz: listar os tipos de detentores etc. — pessoas físicas, jurídicas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é global. É o número.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Então, nós vamos... Neste momento, não quero me opor totalmente ao requerimento. Vamos pedir verificação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Quer pedir retirada de pauta desse e passar para o outro?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, não. Não vou retirar não. Nós vamos pedir verificação da votação, nominal. Se houver maioria, toca-se a sessão. Se não... Aí já....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa., experiente como é, sabe que se preferir pode pedir a retirada de pauta desse e passamos para o outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu não tenho interesse de retirar de pauta. Tenho interesse de fazer obstrução hoje. Aí já livra todo o mundo, ou então tem *quorum* e vota-se tudo o que se tem que votar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

Então, quanto ao Requerimento nº 4/09, não havendo mais quem queira encaminhar, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Peço verificação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Pediria a lista de presença.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O PSDB entra em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Algum membro da Mesa quer fazer a leitura? (Pausa.) Não havendo membro da Mesa, peço ao Relator, se puder...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pode fazer a chamada. Pois não. Desejo fazer a chamada, numa tentativa de obter *quorum* durante esse período.

Deputado Carlos Alberto Canuto. (Pausa.)

Deputado Ernandes Amorim. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - "Sim".

Deputado Hugo Leal. (Pausa.) Ausente. S.Exa.

Deputado Jilmar Tatto. (Pausa.)

Deputado Léo Alcântara. (Pausa.)

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (Pausa.)

É o requerimento, Deputado.

Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Eu cheguei agora. Eu queria ver...

São todos os requerimentos ou qual é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É um deles, pedindo os dados sobre o tipo de detentor dos títulos da dívida mobiliária.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - "Sim".

Deputado Paulo Teixeira. (Pausa.)

Deputado Pedro Novais. (Pausa.)

Deputado Vignatti. (Pausa.)

Deputado Virgílio Guimarães. "Sim".

Deputado Vital do Rêgo Filho (Pausa.) Ausente.

Deputado Alfredo Kaefer. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Pannunzio. (Pausa.)

Deputado Ilderlei Cordeiro. (Pausa.)

Deputado José Carlos Aleluia. (Pausa.)



Deputado José Maia Filho. (Pausa.)

Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Em obstrução?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, não. Eu tenho que votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É, senão cairia... Senão cai a obstrução.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - “Abstenção”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Luiz Carreira.

(Pausa.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso.

Deputado Manoel Junior. (Pausa.)

Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.)

Deputada Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Deputado Cleber Verde. (Pausa.)

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - “Sim”.

Deputado Aelton Freitas. (Pausa.)

Deputado Eduardo Amorim. (Pausa.) E estava aqui agora mesmo.

Deputado Fernando Ferro, como vota? (Pausa.)

Deputado Gilmar Machado. (Pausa.)

Deputada Iriny Lopes. (Pausa.)

Deputado Leonardo Quintão, como vota? (Pausa.)

Deputado Pedro Eugênio. (Pausa.)

Deputado Pedro Fernandes, como vota? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Regis de Oliveira. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO REGIS DE OLIVEIRA - “Sim”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Raul Jungmann. (Pausa.)

Deputado Dagoberto. (Pausa.)

Deputado Dr. Ubiali. (Pausa.)

Deputada Jô Moraes. (Pausa.)

Deputado Sarney Filho, como vota? (Pausa.)

Deputado Marcos Antonio. (Pausa.)

Podemos dispensar a segunda chamada? Estão de acordo? Se não houver...

Votos "sim": 1, 2, 3, 4, 5, 6 votos "sim".

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Do lado de cá. Certo. Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7 votos "sim". Votos de "abstenção": 2. Total de votos: 9.

Não há *quorum*.

A reunião...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A ata passada, Deputado Hauly? Já não tem jeito. Caiu a sessão. Não há como.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.